ANO V V. 121

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

24/05/2024 A 13/06/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Luiza Rosa Mesquita - Procuradora do Estado e Coordenadora;
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Manuela Guimarães da Rocha - Estagiária de Direito;
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito; e
Letícia Rocha Castro - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Luiza Mesquita e Daniela Silva
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	12
NORMA EM DESTAQUE	15
INFORME LEGISLATIVO	17
FIQUE DE OLHO	18
ESTANTE VIRTUAL	20
SEMAS NA MÍDIA	21



ATUALIZADO EM 13/06/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 121º do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação da **LEI Nº 14.877, DE 4 DE JUNHO DE 2024**, que cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia. o **DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024**, que institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil, e o **DECRETO Nº 12.046, DE 5 DE JUNHO DE 2024**, que regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se a **PORTARIA Nº 1.124, DE 27 DE MAIO DE 2024**, que torna público os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2025, e dá outras providências e a **RESOLUÇÃO COEMA Nº 179, DE 28 DE MAIO DE 2024**, que torna pública a criação da Câmara Técnica Temporária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar Nota Técnica com orientações sobre a criação de variáveis para aperfeiçoar a distribuição dos recursos aos municípios seguindo critérios ecológicos.

Na seção "Norma em Destaque", apresenta-se a divulgação do **DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024**, que institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil, e o **DECRETO Nº 12.046, DE 5 DE JUNHO DE 2024**, que institui regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

Outra ferramenta utilizada para fins de acesso a informação é o "Informe Legislativo", que, no período desta edição, comunicou a publicação de 2 normas ambientais editadas pelo NEL.

No "Fique de Olho", sugere-se o **III CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO,** que ocorrerá em referência ao dia da Amazônia comemorado em 5 de setembro anualmente a partir da Lei N. 11.621 de 19 de dezembro de 2007. Neste ano o evento tem como tema CONHECIMENTO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PAN-AMAZÔNIA. Ademais, coloca-se como opção o **XI FÓRUM TCE-PA & JURISDICIONADOS,** que será nos dias 20 e 21, no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, com a participação do Juiz-Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Conselheiro José tavares, Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas e Mauro O' de Almeida, Secretário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Na "Estante Virtual", recomenda-se a leitura da obra **CAMINHOS JURÍDICOS E REGULATÓRIOS PARA A DESCARBONIZAÇÃO NO BRASIL**, que apresenta recomendações jurídicas, regulatórias e propostas de políticas públicas que poderão instrumentalizar todos os agentes que se interessam pelos processos de descarbonização da economia e de transição energética.

Na seção "SEMAS na Mídia", destaca-se a seguinte matéria: **SEMAS PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PRESERVAÇÃO DO RIO AMAZONAS**, onde informou que o evento intitulado "A Foz do Amazonas: pesquisas, conservação e futuro", ocorreu na última quinta-feira, 23, no auditório do Museu Emílio Goeldi, em Belém e foram discutidas a diversidade zoológica e botânica da foz, as populações tradicionais, ocupações humanas e formas de uso da terra, atividades produtivas, levantamentos oceanográficos, entre outros tópicos.

Por fim, vale lembrar que o mês de junho é marcado pela campanha **"Junho Vermelho"**, no qual a cor vermelha tem como objetivo incentivar doações de sangue, um gesto simples que salva até 4 vidas, em apenas uma doação, e a cor verde é dedicada a datas relacionadas ao meio ambiente com na campanha **Junho Verde**, instituida pela **LEI Nº 9.856, de 23 de fevereiro de 2023**.

Boa Leitura!
Equipe Nel





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.877, DE 4 DE JUNHO DE 2024. Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia.

DECRETO Nº 12.034, DE 28 DE MAIO DE 2024. Institui a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul.

DECRETO Nº 12.035, DE 28 DE MAIO DE 2024. Dispõe sobre a Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera e altera o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

DECRETO Nº 12.038, DE 29 DE MAIO DE 2024. Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.

DECRETO Nº 12.041, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes.

DECRETO Nº 12.043, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Cria a Assessoria Extraordinária para a COP30, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão.

DECRETO Nº 12.044, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia.

DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil.

DECRETO Nº 12.046, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO MMA Nº 11, DE 16 DE MAIO DE 2024. Dispõe sobre os procedimentos para inclusão de áreas e critérios para ingresso de famílias, cessação e prorrogação de transferência de recursos financeiros a beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.

RESOLUÇÃO GIPI Nº 10, DE 24 DE MAIO DE 2024. Institui o Grupo Técnico de Propriedade Intelectual e Sustentabilidade no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).

RESOLUÇÃO CD Nº 23, DE 28 DE MAIO DE 2024. Declara como de interesse social para fins de criação de projeto de assentamento, a área pública denominada Fazenda Arumateua, dentro da Gleba Tucuruí, situada no estado do Pará.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO Nº 15, DE 7 DE JUNHO DE 2024. Aprova a convocação da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS e a criação da Comissão Organizadora Nacional.

RESOLUÇÃO CINSB Nº 1, DE 2 DE ABRIL DE 2024. Aprova o Regimento Interno do Comitê Interministerial de Segurança de Barragens - CInSB.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2024. Altera a Instrução Normativa 21, de 16 de dezembro de 2022, em conformidade com os §§ 4° e 6° do art. 10 da Resolução CONAMA nº 493, de 24 de junho de 2019, para incluir as especificações e critérios do sistema de diagnose de bordo das funções de gerenciamento do motor que exerçam influência sobre as emissões de poluentes denominado Sistema de Diagnose de Bordo - OBD-M2 a ser exigido na fase PROMOT M5 para os veículos novos de motociclos, ciclomotores e similares, a partir de 1º de janeiro de 2025, e para todos os modelos, a partir de 1º de janeiro de 2027.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 11, DE 24 DE MAIO DE 2024. Altera a Instrução Normativa Ibama nº 27, de 30 de novembro de 2023, que regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142, DE 28 DE MAIO DE 2024. Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

PORTARIA SESAI/MS Nº 86, DE 21 DE MAIO DE 2024. Institui, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena, o Comitê de Redução da Mortalidade na Infância Indígena, que visa promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnicos-culturais da população indígena.

PORTARIA MDA Nº 18, DE 23 DE MAIO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar proposições para o Plano de Safra da Agricultura Familiar 2024-2025.

PORTARIA IBAMA Nº 67, DE 24 DE MAIO DE 2024. Aprova o II Plano Bianual de Qualidade Ambiental - PlanaQuali para o período de junho de 2024 a maio de 2026, que norteia os ciclos de avaliação de desempenho 20 e 21.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SPA/MAPA Nº 130, DE 24 DE MAIO DE 2024. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Milho 1ª Safra no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 149, DE 24 DE MAIO DE 2024. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do milho consorciado com braquiária - 1ª safra no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA MIDR Nº 1.872, DE 27 DE MAIO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ulianópolis - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA Nº 2.088, DE 3 DE JUNHO DE 2024. Cria a Câmara Temática de Atividades Econômicas Estratégicas em colaboração com o Sistema Brasileiro de Inteligência.

PORTARIA MDS Nº 992, DE 4 DE JUNHO DE 2024. Dispõe sobre os instrumentos jurídicos a serem utilizados pelos parceiros do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na execução do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.

PORTARIA NORMATIVA Nº 78/GM/MME, DE 4 DE JUNHO DE 2024. Estabelece os procedimentos para o pedido de enquadramento de projetos de minigeração distribuída no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, nos termos do art. 28, parágrafo único, da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 139, DE 5 DE JUNHO DE 2024. Institui a Política de Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União - AGU Sustentável.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.720, DE 6 DE JUNHO DE 2024. Institui a Rede de Atendimento a Encalhes e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil - REMAB e suas respectivas Redes Regionais (REMANOR, REMANE, REMASE, REMASUL) (processo n° 02034.000084/2022-33).

PORTARIA ICMBIO Nº 1.760, DE 6 DE JUNHO DE 2024. Altera a Portaria nº 627, de 27 de julho de 2022, que institui a Comissão Permanente de Projetos e Parcerias - CPPPar no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (processo nº 02070.001878/2022-88).

PORTARIA IBAMA Nº 73, DE 7 DE JUNHO DE 2024. Cria Unidades de Exercício Descentralizado (UED) vinculadas à Coordenação de Inteligência, da Diretoria de Proteção Ambiental

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SPA/MAPA Nº 173, DE 7 DE JUNHO DE 2024.
Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do girassol no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 200, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura da mamona no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 226, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do algodão herbáceo no estado do Pará, ano-safra 2024/2025.

PORTARIA MCTI Nº 8.251, DE 7 DE JUNHO DE 2024.
Institui Grupo de Trabalho de Apoio Operacional com o objetivo de propor o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.078, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
Institui Grupo de Trabalho - GT, com a finalidade de regulamentação da Lei Federal nº 13.731, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.079, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
Convoca a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - 5ª CNMA e publica o Regimento Interno da 5ª CNMA.

NORMAS FEDERAIS



26 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

RESOLUÇÕES **05**

INSTRUÇÕES **03**

DECRETOS **08**

PORTARIAS **09**

LEIS **01**

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

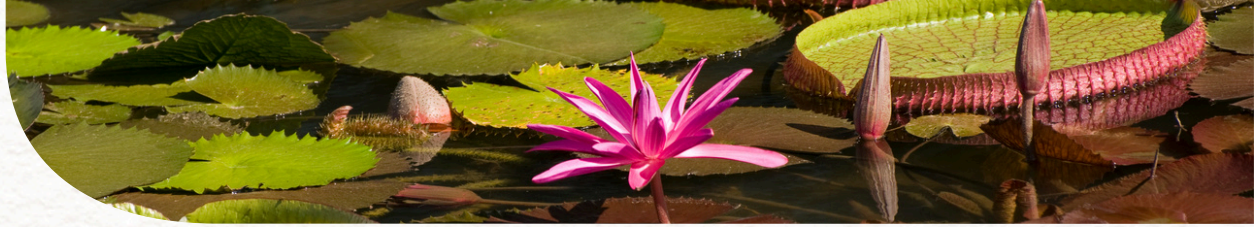
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.560, DE 10 DE JUNHO DE 2024. Altera as Leis Estaduais nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará e nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

LEI Nº 10.561, DE 10 DE JUNHO DE 2024. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica para pagamento de valores de fiança criminal em agências bancárias, lotéricas e estabelecimentos congêneres no Estado do Pará.

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2024. Exonera e nomeia representantes titulares e suplentes do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA/PA).

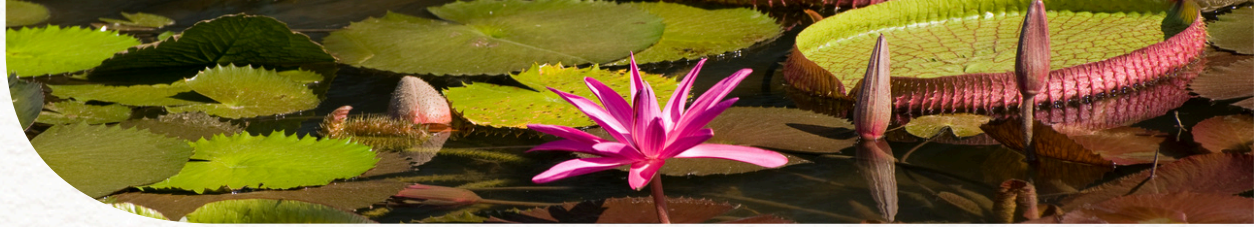
DECRETO Nº 3.951, DE 27 DE MAIO DE 2024. Homologa o Decreto nº 034/2024 – GP, de 12 de abril de 2024, editado pela Prefeita Municipal de Oeiras do Pará, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas daquele Município.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 179, DE 28 DE MAIO DE 2024. Torna pública a criação da Câmara Técnica Temporária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar Nota Técnica com orientações sobre a criação de variáveis para aperfeiçoar a distribuição dos recursos aos municípios seguindo critérios ecológicos.

PORTARIA Nº 1.124, DE 27 DE MAIO DE 2024. Torna público os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2025, e dá outras providências.

OUTRAS MATÉRIAS. Torna público as instituições habilitadas para participarem da Assembleia de Eleição Deliberativa, em observação aos itens 4, 5 e 6 do edital de chamamento público 01/2023/COEMA/PA.

NORMAS ESTADUAIS



06 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 12.045, DE 5 DE JUNHO DE 2024.

Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil.



QUAL O OBJETIVO GERAL O PROGRAMA?

Art. 1º O ProManguezal visa à conservação, à recuperação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados aos manguezais do País, considerando-se as diversas pressões sobre o ecossistema, incluindo a mudança do clima.

Parágrafo Único. Para assegurar a efetividade das ações de conservação, de recuperação e de uso sustentável dos manguezais do País, deve ser considerada a integralidade do ecossistema e a indissociabilidade de suas feições, constituídas por lavado, bosque de mangue e apicum.

DIRETRIZES DO ProManguezal

Entre as treze diretrizes estabelecidas na norma, destaque as seguintes:

I - o reconhecimento das funções ecológica, geológica, genética, social, econômica, educacional, cultural e estética do ecossistema manguezal;

II - o reconhecimento dos serviços ecossistêmicos dos manguezais e o seu papel na mitigação e na adaptação à mudança do clima;

III - a articulação interfederativa entre as três esferas de Governo para o fortalecimento da gestão dos manguezais, por meio de instrumentos e mecanismos efetivos de governança;

IX - a melhoria da qualidade de vida dos povos e das comunidades tradicionais que dependem diretamente do ecossistema manguezal, bem como o uso sustentável dos seus recursos naturais por essas populações;

EIXOS DE IMPLEMENTAÇÃO ProManguezal

I - a conservação e a recuperação dos manguezais e da biodiversidade associada;

II - o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições de produção e comercialização dos recursos dos manguezais pelos povos e pelas comunidades tradicionais;

III - a redução de vulnerabilidades socioambientais associadas à mudança do clima nos manguezais;

IV - a geração, a sistematização e a disseminação de conhecimento sobre os manguezais;

V - a capacitação e a sensibilização sobre os manguezais do Brasil; e

VI - o fortalecimento e a sustentabilidade financeira do ProManguezal.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

ENTRE OS INSTRUMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, DESTACA-SE A CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 12.046, DE 5 DE JUNHO DE 2024.

Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.



O DECRETO REGULAMENTA, EM ÂMBITO FEDERAL, AS SEGUINTES QUESTÕES:

I - o Cadastro Nacional de Florestas Públicas;
II - a destinação de florestas públicas às comunidades locais;
III - o Plano Plurianual de Outorga Florestal;
IV - a licitação e os contratos de concessão florestal;
V - o monitoramento e a auditoria nas concessões em florestas públicas; e
VI - a restauração florestal e a exploração de créditos por serviços ambientais nas concessões florestais.

COMO E QUEM MONITORARÁ OS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL?

O monitoramento dos contratos de concessão florestal será realizado pelo SFB articulado com outros órgãos e entidades envolvidas na matéria e considerará, pelo menos 10 aspectos fundamentais, dentre os quais se destacam:

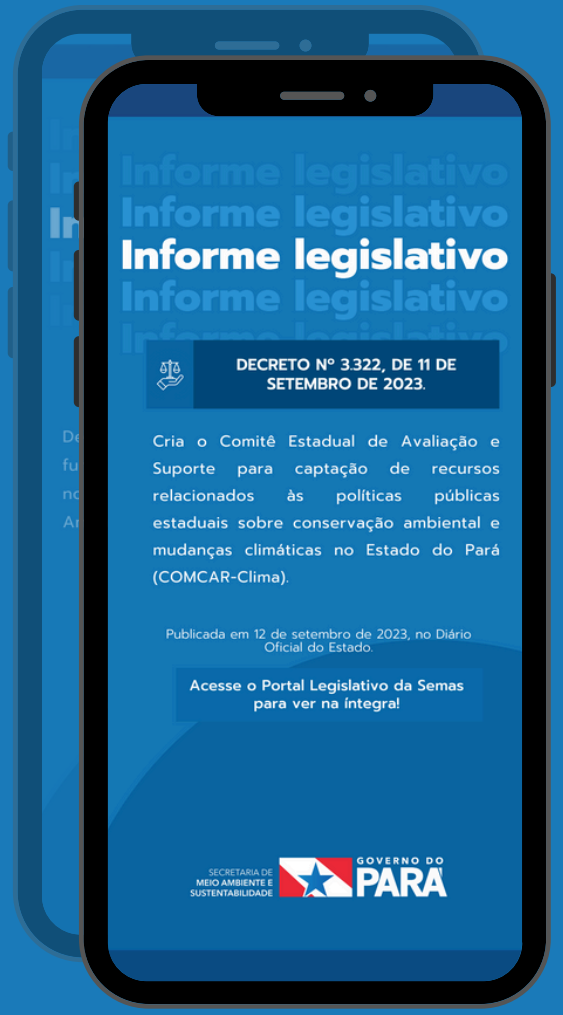
- I - a implementação do controle da produção florestal;
- III - a proteção dos corpos d'água;
- VI - as condições de trabalho;
- VII - a existência de conflitos socioambientais; e
- VIII - os impactos sociais, ambientais e econômicos;



Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



RESOLUÇÃO COEMA Nº 179, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Torna pública a criação da Câmara Técnica Temporária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar Nota Técnica com orientações sobre a criação de variáveis para aperfeiçoar a distribuição dos recursos aos municípios seguindo critérios ecológicos.

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2024.

Altera no Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA/PA), os representantes da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Profissional e Tecnológica (SECTET).

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCREVA-SE AQUI!

III CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO

O evento ocorre em referência ao dia da Amazônia comemorado em 5 de setembro anualmente a partir da Lei N. 11.621 de 19 de dezembro de 2007. Neste ano o evento tem como tema *CONHECIMENTO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A PAN-AMAZÔNIA.*

O Congresso é **gratuito** e propõe promover esse diálogo e estimular a integração e articulação entre os participantes dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que atuem na Pan-Amazônia. Para isso o congresso propõe um espaço para a democratização do conhecimento através de palestras e mesas redondas que reúnam cientistas, representantes da gestão pública e da sociedade civil sobre o tema deste ano.

O III COAM irá receber submissões de trabalhos a partir de 10 de abril de 2024 até 31 de julho de 2024, nas modalidades Artigos Científicos, Artigos Técnico-tecnológicos e Relatos de Experiências, confira as áreas **aqui.**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



INSCREVA-SE AQUI!

XI FÓRUM TCE-PA & JURISDICIONADOS

Sustentabilidade e Novas Tecnologias: O atual modelo de desenvolvimento

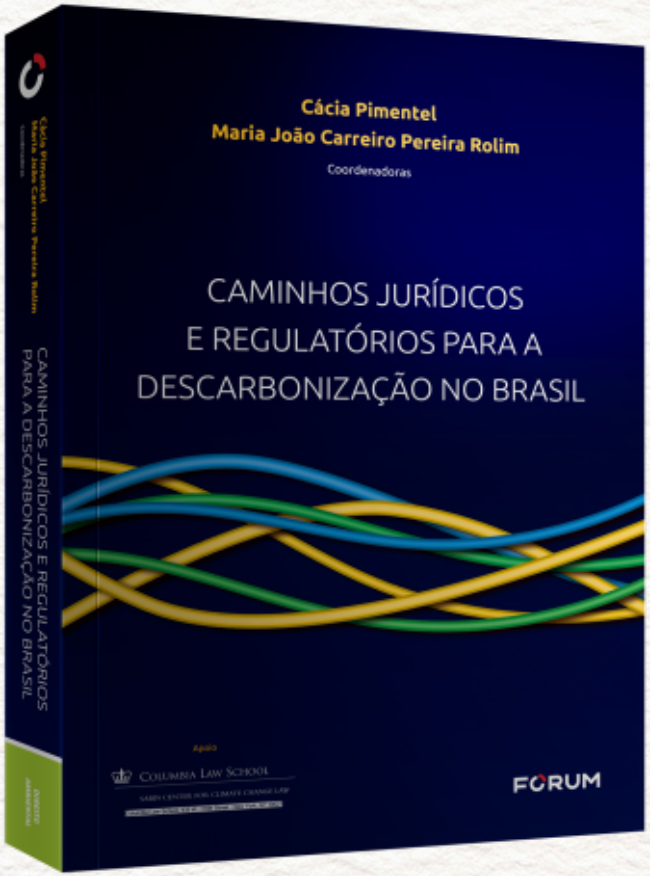
Será nos dias 20 e 21, no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, com a participação do Juiz-Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Conselheiro José tavares, Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas e **Mauro O' de Almeida, Secretário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.**

Além disso, terá debates importantes para a adminsitração pública e sociedade, explorando os desafios e oportunidades que surgem da conexão entre sustentabilidade, novas tecnologias e desenvolvimento.

O evento visa promover o conhecimento, aprimoramento das atividades de fiscalização da instituição e, ainda, aproximar dos jurisdicionados e da sociedade, firmando o compromisso coletivo rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável.

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



CAMINHOS JURÍDICOS E REGULATÓRIOS PARA A DESCARBONIZAÇÃO NO BRASIL

Trata-se de uma obra inédita, audaciosa e relevante, que apresenta recomendações jurídicas, regulatórias e propostas de políticas públicas que poderão instrumentalizar todos os agentes que se interessam pelos processos de descarbonização da economia e de transição energética. Em uma abordagem prática, os capítulos sugerem a realocação de políticas públicas e apresentam soluções normativas para cada cadeia de valor dos subsetores que envolvem o mercado de energia. Os capítulos tratam ainda de formas de redução dos gases de efeito estufa por meio da utilização de fontes de energia limpa e de inovações tecnológicas, com o fim de cooperar com as metas firmadas no Acordo de Paris, notadamente a de manter o aquecimento global abaixo de 2ºC.

Organização: Cácia Pimentel, Maria João Carreiro Pereira Rolim

CONFIRA AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

SEMAS participa de seminário sobre mudanças climáticas e preservação do Rio Amazonas

Foram discutidas a diversidade zoológica e botânica da foz, as populações tradicionais, ocupações humanas e formas de uso da terra, atividades produtivas, levantamentos oceanográficos, entre outros tópicos

A crescente preocupação com as mudanças climáticas, assim como a preservação do Rio Amazonas, foram debatidos no seminário que contou com a participação do governo do Pará, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), e órgãos federais e instituições de pesquisa. O evento intitulado "A Foz do Amazonas: pesquisas, conservação e futuro", ocorreu na última quinta-feira, 23, no auditório do Museu Emílio Goeldi, em Belém.

Ao longo de todo o dia, apresentações presenciais e remotas de estudos já desenvolvidos sobre a diversidade zoológica e botânica da foz, as populações tradicionais, ocupações humanas e formas de uso da terra, atividades produtivas, levantamentos oceanográficos, entre outros tópicos.

A programação foi promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). A programação contou com a presença de representantes de instituições como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Semas, a Agência Nacional de Águas (ANA), além de universidades e institutos dos estados do Amapá e Pará, participarão das discussões. As mesas redondas trataram de temas como o meio físico, biótico, uso de recursos naturais, sociobiodiversidade e áreas protegidas na região.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Clique aqui e confira a matéria na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br